

ESTATUTOS

DA

COMPANHIA REAL

DOS

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES



LISBOA

TYP. DA SOCIEDADE TYPOGRAPHICA FRANCO-PORTUGUEZA

Rua do Thesouro Velho n. 6.

1860

Tendo em consideração o que Me foi representado por D. José Salamanca, e sendo-Me presentes os Estatutos da Companhia denominada «Companhia Real dos Caminhos de ferro Portuguezes,» que tem por fimprehender a construcção e exploração das linhas ferreas de Lisboa á fronteira de Hespanha junto a Badajoz, denominada linha de Leste, e de Lisboa ao Porto denominada linha do Norte; Considerando que esta empreza é de summa utilidade para a Nação; e Attendendo a que os Estatutos da mencionada Companhia, que foram reduzidos a escriptura publica nas notas do tabellião Francisco Vieira da Silva Barradas, em 15 do corrente mez de dezembro, estão formulados segundo as prescripções do Codigo Commercial, e mais termos de direito, garantindo a reciproca segurança dos associados e dos que com elles contractarem; Hei por bem, Conformando-Me com o parecer do Ajudante do Procurador Geral da Corôa junto ao Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, Approvar os Estatutos pelos quaes a dita Companhia se hade reger, e constam de sete titulos e cincoenta e nove artigos, e um addicional, e fazendo parte do presente Decreto baixam com elle assignados pelo Ministro e Secretario d'Estado das Obras Publicas, Commercio e Industria; com a expressa clausula de que esta Minha Real Approvação será retirada se a Companhia se desviar dos fins para que é constituida, ou não remetter annualmente á Direcção Geral do Commercio e Industria o relatorio e contas de gerencia apresentados em Assembléa geral, ou finalmente se deixar de cumprir qualquer das disposições dos seus Estatutos. O mesmo Ministro e Secretario d'Estado o tenha assim entendido e faça executar. Paço das Necessidades aos vinte e dois de dezembro de mil oitocentos cincoenta e nove. —

REI — *Antonio de Serpa Pimentel.*

Está conforme, Repartição do Commercio e Industria 24 de dezembro de 1859.

João Palha de Faria Lacerda.

Saibam quantos esta escriptura com os estatutos da Companhia Real dos Caminhos de ferro Portuguezes virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos cincoenta e nove, aos quinze dias do mez de Dezembro, n'esta cidade de Lisboa, no Largo do Calhariz, Freguezia da Encarnação, no palacio em que reside D. José de Salamanca concessionario dos Caminhos de Ferro de Lisboa ao Porto, e de Lisboa á fronteira de Hespanha, aonde eu tabelião vim, aqui se achava o mesmo presente, que é de mim conhecido. E por elle me foi dito em presença das testemunhas adiante nomeadas e assignadas. Que reduz á presente escriptura os seguintes

ESTATUTOS

DA

COMPANHIA REAL DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES

TITULO I

Formação e fins da sociedade. — Denominação. — Séde e duração.

Artigo 1.º D. José de Salamanca com auctorisação do Governo funda uma sociedade anonyma, que será composta de todos os proprietarios das accções, que forem emittidas, segundo as prescripções dos presentes Estatutos.

Art. 2.º A Sociedade tem por fim:

1.º A exploração do Caminho de Ferro de Lisboa á fronteira de Hespanha, proximo de Badajoz, denominada «**Linha de Leste.**»

2.º A exploração da linha que partindo do Caminho de ferro de Leste, na Ponte da Pedra, termina na cidade do Porto, denominada «**Linha do Norte.**»

3.º A construção, conclusão e exploração de todos os outros caminhos de ferro, e vias de comunicação, que forem ulteriormente concedidas á Sociedade, ou que ella obtenha por arrendamento, compra, fusão, ou outro qualquer modo.

4.º A organização e exploração de todos os meios de transporte, por terra ou por agua, que possam ser legitimamente estabelecidos, em confluencia com os caminhos pertencentes á Sociedade, ou por ella tomados de arrendamento, salvo todos os privilegios e concessões já outorgadas.

5.º O usufructo e a exploração de todos os terrenos, mattas, minas, officinas metalurgicas, fabricas de machinas, ou quaesquer outros estabelecimentos que venham a ser posteriormente concedidos á Sociedade, tomados de arrendamento, ou por ella comprados e destinados á exploração dos caminhos de ferro, pertencentes á mesma Sociedade.

Art. 3.º A Sociedade denominar-se-ha «**Companhia Real dos Caminhos de ferro Portuguezes.**»

Art. 4.º A séde da Companhia é em Lisboa.

Art. 5.º A duração da Companhia será de noventa e nove annos a contar da data da sua constituição definitiva.

TITULO II

Cessões.

Art. 6.º D. José de Salamanca, unico concessionario dos Caminhos de ferro acima nomeados e definidos, cede e transmite á Companhia, sem restricção ou reserva, todos os direitos por elle obtidos e resultantes:

1.º Do Contracto Provisorio sujeito á licitação, celebrado entre elle e o Governo Portuguez em trinta de julho de mil oitocentos cincoenta e nove.

2.º Da adjudicação que teve logar em Lisboa em quatro de setembro de mil oitocentos cincoenta e nove.

3.º Do segundo Contracto celebrado depois da adjudicação em quatorze de setembro de mil oitocentos cincoenta e nove entre elle e o Governo Portuguez, sujeito á approvação das Côrtes.

4.º Da lei que approvar este Contracto.

Em consequencia d'estas cessões, e transmissões a Companhia, como cessionaria, substitue D. José de Salamanca, tomando sobre si todos os direitos e obrigações resultantes dos actos acima mencionados. Além d'isso as presentes cessões são feitas debaixo das seguintes condições, a que a Companhia fica obrigada.

1.ª De pagar a quem de direito fôr uma quantia igual ao deposito feito para se obter a concessão das duas linhas ferreas de Leste e de Norte.

2.ª De responder por todas as despesas da formação da Sociedade. D. José de Salamanca, pela sua parte, obriga-se para com a Companhia, que o acceita, e mediante a somma fixa de cento trinta e dois mil trezentos cincoenta (132,350) francos por kilometro, além da subvenção dada pelo Governo, a liquidar todos os gastos e despesas anteriores á formação da Sociedade anonyma, a construir e entregar á dita Companhia, á medida que se forem concluindo, todas as secções dos caminhos de ferro que lhe foram concedidos, com o material fixo e circulante, estações, officinas, utensilios e ferramentas, terrenos, telegraphos electricos e outros accessorios, tudo conforme as clausulas e prescrições do contracto de concessão, de maneira que estas construc-

ções e fornecimentos sejam approvados pelo Governo e nos prazos que forem determinados, salvo o caso, em que por força maior sejam retardadas as épocas dos pagamentos das prestações sobre as acções, sem prejuizo da responsabilidade da Companhia para com o Governo, nos termos do contracto, pela demora da construcção, e isto debaixo das condições seguintes:

1.^a O caminho de ferro será construido conforme as clausulas e condições designadas e determinadas no artigo terceiro e seguintes do contracto, obrigando-se mais D. José de Salamanca a alargar as dimensões dos subterraneos determinados no contracto, e de algumas das obras construidas entre Lisboa e a Ponte d'Asseca, de accôrdo com o Governo, não exigindo por este melhoramento indemnisação alguma pecuniaria, mas reservando-se a faculdade de effectuar sómente os movimentos de terra para uma via se o Governo assim lh'o permittir, com a condição de effectuar desde já as expropriações e obras d'arte para duas vias.

2.^a O material circulante compor-se-ha de vinte e seis machinas locomotivas para passageiros, vinte e seis machinas locomotivas para mercadorias; uma carroagem real, quarenta e cinco carroagens de primeira classe para passageiros, sendo dez mixtas, sessenta ditas de segunda classe; cento e vinte ditas de terceira classe; quarenta fourgons para bagagens, trezentos e vinte wagons cobertos para mercadorias; duzentos ditos descobertos; oitenta ditos para conducção de cavallos e gados, sessenta truchs e wagons plataformas. A quarta parte das carroagens, fourgons e wagons acima indicados terão freios. Os typos serão os mesmos que foram adoptados no caminho de ferro de Madrid a Saragoça comtanto que satisfaçam as indicações do artigo vinte e dois do contracto.

3.^a D. José de Salamanca fica encarregado de todas as despesas de qualquer natureza, que sejam resultantes da compra de terrenos e execuções de trabalhos, bem como de todas as despesas necessarias para a realisação da subvenção dada pelo Governo; n'uma palavra o seu ajuste é por um preço fixo, ao qual se poderá accrescentar, e do qual nada se poderá deduzir, quaesquer que sejam as perdas e ganhos.

4.^a D. José de Salamanca será encarregado durante a construcção de satisfazer a todas as obrigações da Companhia para com o Governo; de apresentar e fazer approvar as plantas, e projectos de detalhes de execução; de responder a todas as reclamações que se fizerem; em fim de representar completamente a Companhia, e ser o seu mandatario em quanto aos trabalhos. Gozará pelo mesmo facto de todas as vantagens, taes como isempção de direitos nas Alfandegas, cessão de terrenos do Estado e outras que resultam do Contracto. A Companhia entrará na posse de cada secção, logo que tenha sido approvada e entregue á exploração em virtude do acto official do Governo, que declarar, que D. José de Salamanca cumprio as prescripções do Contracto. D. José de Salamanca deverá garantir a Companhia contra todas as reclamações de pagamentos em atrazo tanto de compras de terrenos, como de trabalhos e fornecimentos.

5.^a Os pagamentos serão feitos todos os mezes proporcionalmente ao adiantamento dos trabalhos, e á entrega do material, e em vista dos certificados passados pelos Engenheiros da Companhia nas contas formuladas pelos Engenheiros de D. José de Salamanca. Far-se-ha sempre em cada certificado a retenção de um decimo como garantia de boa construcção, e cumprimento de todas as obrigações do constructor. Á medida que se forem abrindo á circulação cada uma das secções do Caminho de ferro approvadas pelo Governo, far-se-ha a liquidação do preço d'esta secção, e o saldo, bem como a retenção de garantia, será entregue ao constructor no prazo de tres mezes.

6.^a Durante o progresso dos trabalhos, D. José de Salamanca poderá sempre requisitar da Com-

panhia, que ponha á sua disposição a quantia necessaria para os trabalhos do mez seguinte, com a condição porém de entregar á Companhia em Titulos regulares e acceitaveis, uma somma dupla da requisitada. Durante a execução dos trabalhos até á entrega da linha completa de Lisboa á fronteira de Hespanha, proximo de Badajoz, cuja execução está fixada em tres annos, D. José de Salamanca obriga-se a explorar todas as secções á medida da sua abertura, por sua conta e risco, pagando á Companhia um interesse todos os trimestres equivalente a dois por cento ao anno, sobre as prestações pagas das acções, os quaes dois por cento são destinados a ser distribuidos a titulo de dividendo pelas acções, além do juro de seis por cento, fixado pelo artigo quadragésimo sexto. Todas as contestações que sobrevenham entre D. José de Salamanca e a Companhia, relativamente á execução do presente contracto, serão julgadas em ultima instancia por Monsieur Talabaut, o qual fica desde já nomeado arbitro absoluto: na falta d'este e no caso de não ser substituido, de commun accôrdo as contestações serão resolvidas por dois arbitros nomeados por ambas as partes, os quaes arbitros terão o direito de escolher um terceiro. Estes arbitros julgarão em ultima instancia. Das suas decisões não haverá appellação, nem recurso para qualquer tribunal.

TITULO III

Capital social. — Acções. — Prestações.

Art. 7.º O capital social é fixado em trinta e cinco milhões de francos, representados por setenta mil acções de quinhentos francos cada uma. Cada acção dá direito a uma parte proporcional na propriedade do activo social e na divisão dos beneficios. As acções serão formuladas de maneira que se possam negociar nas praças de Portugal, França e Inglaterra. Além das acções acima indicadas poderão crear-se com prévia auctorisação do Governo obrigações ao portador, com juro fixo e amortisação limitada ao prazo da concessão da Companhia, com privilegio sobre a concessão do caminho de ferro e seus rendimentos, e sem prejuizo dos direitos do Estado. O Conselho de Administração da Sociedade fica desde já auctorisado a emittir as obrigações necessarias para realisar um capital de trinta milhões de francos.

Art. 8.º São admittidos a accionistas tanto os portuguezes como os estrangeiros. D. José de Salamanca subscrive desde já com as setenta mil acções, que representam o capital social, reservando-se a faculdade de passar todas ou parte das ditas acções, em nome da Companhia, por meio de subscripções publicas, cujas despezas e commissões serão pagas pela Companhia.

Art. 9.º A primeira prestação será de cincoenta francos, pelo menos, por acção, e deverá effectuar-se no prazo de trinta dias a contar da data da approvação dos presentes estatutos pelo Governo. As acções serão ao portador logo que se tiver cobrado uma prestação de trinta por cento mencionada no titulo, e desde logo os cedentes das ditas acções deixarão de ser responsaveis pelos pagamentos ulteriores, os quaes ficam a cargo dos possuidores das acções logo que lhes sejam exigidos pela administração da Companhia. As acções serão extrahidas de um registo de talão, numeradas e selladas com o sello da Companhia, e assignadas por dois administradores, ou por um administrador e um delegado do Conselho de Administração. Poderão ser cotadas e negociadas officialmente nas differentes praças de Portugal, e para a sua negociação assimiladas aos titulos de credito publico nos termos das leis vigentes.

Art. 10.º Todo o accionista terá direito de depositar as suas acções ou em Lisboa no cofre

da Sociedade, ou em Paris ou Londres, nos cofres que forem designados pelo Conselho de Administração. D'este deposito se passará recibo pela fôrma e com as condições que determinar o Conselho de Administração.

Art. 11.º A cessão das acções ao portador opera-se pela simples tradição do titulo.

Art. 12.º As acções são indivisiveis, e a Companhia não reconhece senão um proprietario para cada acção. Quanto ás acções, obrigações e coupons extraviados observar-se-hão as disposições das leis em vigor.

Art. 13.º As prestações das acções devem ser pagas em dinheiro corrente em Lisboa, no cofre da Sociedade, ou em Paris e Londres, nos cofres que forem designados pelo Conselho de Administração nas épocas e segundo as condições determinadas pelo Conselho. Haverá sempre um intervallo de quinze dias, pelo menos, entre os pagamentos de prestação a prestação. O pagamento das prestações deverá ser precedido de annuncio inserto no Jornal Official de Lisboa, e nos jornaes de Paris e Londres, designados pelo Conselho de Administração, com um mez de antecedencia, pelo menos, da data fixada para pagamentos da prestação. O Conselho de Administração poderá autorisar o pagamento anticipado das acções, mas tão sómente, como medida geral applicavel a todas.

Art. 14.º Cada pagamento feito sobre as acções será averbado no mesmo titulo. As acções em que não estiverem mencionados os pagamentos das prestações vencidas, não poderão ser negociadas.

Art. 15.º Na falta de pagamento das prestações nas épocas determinadas, os accionistas ficarão sujeitos ao juro, por cada dia de demora, na razão de seis por cento ao anno. O Conselho de Administração poderá n'este caso, para realisar os pagamentos em divida, proceder nos termos das leis contra os bens do accionista remisso, ou effectuar a venda das suas acções pelo preço corrente no mercado. N'este caso, serão publicados os numeros d'estas acções nos jornaes indicados no artigo decimo terceiro, mencionando as consequencias d'esta demora. Quatorze dias depois d'esta publicação o Conselho de Administração sem demora, e sem mais formalidades, terá o direito de fazer proceder á venda das acções por uma só vez, ou successivamente por duplicata, nas praças de Lisboa, Londres ou Paris, por intervenção de um corretor, por conta e risco do retardatario. Os titulos primitivos das acções, que forem assim vendidas, ficarão nulos *ipso jure*, e novos titulos com os mesmos numeros dos titulos annullados serão entregues aos compradores. Será nulla por consequencia a negociação das acções onde não esteja mencionado o regular pagamento das prestações vencidas. A imputação do producto da venda de acções confiscadas, depois de deduzidos os gastos e juros, fazer-se-ha começando pelas prestações mais remotas em divida. Se houver excedente, pertencerá ao accionista expropriado, que terá direito de o reclamar dentro do prazo de cinco annos, a contar do dia da venda, sob pena de prescrição.

Art. 16.º A subscrição, ou posse de uma ou mais acções, importa plena adhesão aos estatutos, aos regulamentos da Companhia e ás decisões da Assembléa geral. Os accionistas são responsaveis até ao montante das suas acções. Nenhuma outra quantia se lhes poderá exigir além d'aquella importancia.

Art. 17.º Os herdeiros ou crédores de qualquer accionista, não podem sob pretexto algum penhorar ou exigir sequestro de bens e valores da Companhia, nem pedir a sua venda, ou partilha judicial, nem ingerir-se em negocios de Administração. Para exercerem os seus direitos devem conformar-se com os inventarios sociaes e decisões da Assembléa geral, tomadas em conformidade d'estes estatutos.

TITULO IV.

Do Conselho de Administração.

Art. 18.º Os negocios da Companhia serão administrados por um Conselho de dezesete membros, dos quaes nove, pelo menos, serão Portuguezes e Hespanhoes, podendo este numero elevar-se a vinte membros, dos quaes dez, pelo menos, serão Portuguezes e Hespanhoes, se reunirem as condições d'este artigo. Junto do Conselho de Administração haverá um Commissario regio nomeado pelo Governo, que terá voto consultivo, e será retribuido como o forem os membros do Conselho. A séde do Conselho é em Lisboa, mas terá em Paris uma delegação composta dos administradores residentes em França e Inglaterra. Dentro de oito dias da data da sua nomeação, cada administração deverá justificar a propriedade de cem acções, que serão inalienaveis durante o tempo das suas funcções. Estas acções serão depositadas no cofre da Companhia, ou em qualquer outro que lhe fôr designado, em Paris ou Londres, pelo Conselho de Administração.

Art. 19.º Os administradores receberão senhas de presença (jetons au présence) ou uma retribuição fixa, que lhes será estipulada pela primeira Assembléa geral. O regulamento da primeira Assembléa geral, sobre este ponto, será considerado como parte integrante dos estatutos, aos quaes se annexará uma copia authentica d'este regulamento. Além d'isso serão abonados ao Conselho de Administração cinco por cento, do excedente dos productos liquidos annuaes, como se declara no artigo quadragésimo setimo.

Art. 20.º Na conformidade das disposições do artigo decimo oitavo, o primeiro Conselho de Administração será composto das pessoas, que D. José de Salamanca designar, com approvação da primeira Assembléa geral e confirmação do Governo. No fim dos primeiros cinco annos de existencia da Companhia, o Conselho será renovado todos os annos na quinta parte dos seus membros pela Assembléa geral. Até ao renovamento completo do primeiro Conselho, a sorte designará quaes os membros que devem sair. O renovamento será feito depois por antiguidade : os membros que saírem poderão sempre ser reeleitos.

Art. 21.º O Conselho de Administração elegerá todos os annos d'entre os seus membros um presidente e dois vice-presidentes, que poderão ser reeleitos indefinidamente. No caso d'ausencia simultanea do presidente e vice-presidentes, o conselho designará um dos seus membros para exercer a presidencia.

Art. 22.º O Conselho de Administração reunir-se-ha na séde da Companhia por convocação do presidente, ou por convite de tres administradores, todas as vezes que o interesse da Companhia o exigir, e pelo menos uma vez por mez. As decisões serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes, ou devidamente representados conforme o artigo vigésimo terceiro. Em caso de empate o presidente tem voto de qualidade. Devem estar pelo menos presentes quatro administradores para que as deliberações sejam validas : n'este caso as decisões só podem ser validas por unanimidade.

Art. 23.º Os administradores que residirem em paiz estrangeiro, e aquelles que estiverem accidentalmente ausentes, podem fazer-se representar nas sessões do Conselho, por um dos seus collegas de Lisboa, mas este não poderá reunir mais de dois votos ao seu proprio.

Art. 24.º As deliberações do Conselho serão authenticadas pelas actas assignadas pelo presidente, e dois outros membros : os extractos, ou copias d'estas actas, para serem validas, deverão

ser assignados pelo presidente, ou por quem fizer as suas vezes, e pelo menos, por um membro do Conselho.

Art 25.º Em caso de fallecimento, ou demissão de um ou mais administradores, o Conselho de Administração preencherá as vagaturas na conformidade dos artigos decimo oitavo, e vigesimo primeiro. Os administradores assim nomeados terão os mesmos poderes que os outros administradores, mas não poderão funcionar senão pelo tempo d'exercicio que faltava aos seus predecessores. Estas nomeações serão submettidas á approvação da primeira Assembléa geral. Se a Assembléa geral não approvar a escolha do Conselho de Administração, nomeará o accionista ou accionistas, que julgar mais aptos para exercerem estas funcções.

Art. 26.º O Conselho é investido para a direcção dos negocios da Sociedade dos poderes os mais amplos, dentro dos limites marcados nas leis, e no contracto, a saber:

(A) Faz e ratifica todas as convenções com referencia á aquisição, construcção, alienação, compra, ou arrendamento de qualquer caminho de ferro, estabelecimento ou empreza que convenha á Companhia; auctorisca ou effectua toda a compra ou venda de terrenos, e outros immoveis, que forem necessarios.

(B) Faz convenções relativas ás relações que convenha estabelecer com outros caminhos de ferro, ou qualquer empreza de transporte, por terra ou por agua, para assegurar a correspondencia dos mesmos transportes.

(C) Regula o emprego dos fundos de reserva, e determina o emprego dos fundos disponiveis.

(D) Auctorisca a alienação de valores, rendas e effeitos pertencentes á Companhia.

(E) Fixa e modifica as tarifas, e o systema de arrecadação, nos termos do contracto; faz as transacções necessarias, e regulamentos para a organização do serviço, para a exploração dos caminhos de ferro e outros estabelecimentos.

(F) Regula e conclue os accôrdos, as convenções sobre todos os interesses da Companhia.

(G) Dirige ao Governo todas as pretensões sobre prolongamentos de caminhos de ferro, ou introncamentos, novas concessões, explorações de minas, criação e exploração de estabelecimentos metalurgicos e outros, salvo prévia auctoriscação da Assembléa geral ou ratificação posterior.

(H) Contracta sempre, salvo prévia auctoriscação da Assembléa, todos os emprestimos necessarios para as operações de Companhia. Por excepção, porém, a esta disposição, o primeiro conselho é auctorisado a contractar por emissão de obrigações um emprestimo não excedente a trinta milhões como se estipula no artigo setimo.

(I) Submette á Assembléa geral as propostas sobre o prolongamento das linhas, construcção de introncamentos, fusão ou contractos com outras companhias, prorogação ou renovação de concepções, alienação ou arrendamento de caminhos de ferro, terrenos ou edificios concedidos, modificação ou addicionamento aos estatutos, e especialmente o augmento de fundo social, e prorogação de Companhia.

(K) Nomeia ou demitte o Director ou sub-Director da Companhia, e fixa o seu ordenado.

(L) Fixa as despesas geraes da administração.

(M) Faz para a conservação e exploração dos caminhos de ferro, e de todas as emprezas da Companhia, os contractos de compra e venda, e ajustes de qualquer natureza; regula os fornecimentos e auctorisca a compra ou venda de todos os materiaes, machinas e outros objectos necessarios para a exploração, ou por ella produzidos.

(N) Auctorisca todas as revindicações, transferencias, transportes, vendas de valores, fundos e quaesquer outros effeitos da Companhia.

(O) Passa todas as quitacões, e especialmente aquellas que dizem respeito ao preço da venda de immoveis.

(P) Requer todos os levantamentos de sequestros judiciaes, embargos e baixas nos registos de hypothecas; desiste de privilegios; dá quitacões definitivas e faz renunciias, procedendo pela fôrma marcada nas leis.

(Q) Auctorisa todas as accões judiciaes, todas as medidas conservatorias, todas as transacções e compromissos.

(R) Nomeia e demitte, sob proposta do Director, todos os agentes e empregados commissiionados; fixa-lhes suas attribuições e ordenados; concede-lhes todas as gratificações; emfim, resolve sobre todos os negocios que entram na administração da Companhia. Para os objectos especificados desde a letra — A — até á letra — K — inclusivè, o Conselho de Administração deverá consultar os administradores que compõem a delegação em Paris, e não poderá tomar sobre isto uma decisão valida, senão depois de um prazo, que será de vinte dias durante quatro annos, e de quinze dias depois d'este periodo comprehendido o dia em que a requisição fôr lançada no correio. Os administradores que compõem a delegação em Paris, têm n'este caso o direito de remetter cada um o seu voto individual, o qual logo que chegue antes da expiração dos quinze ou vinte dias acima indicados, será acceito como se fosse dado pela propria pessoa em sessão do Conselho de Administração.

Art. 27.º A delegação de Paris representará exclusivamente a Companhia em todos os negocios que tiver em França, conformando-se com as resoluções do Conselho de Administração. Usará além d'isto de todos os poderes que lhe conferir este mesmo Conselho e cumprirá finalmente sobre todos os negocios o mandato que lhe fôr encarregado. Ser-lhe-hão enviadas no prazo de tres dias copias authenticas de todas as decisões tomadas pelo Conselho, e em todos os mezes uma analyse das operações da Companhia e do seu balanço. O Conselho póde delegar os seus poderes no todo, ou em parte, em um ou mais dos seus membros para objecto determinado, conformando-se com as disposições do artigo vigesimo segundo, e em caso de necessidade póde confiar a um dos seus membros as funcções de Director provisorio.

Art. 28.º A direcção de todos os serviços póde ser confiada debaixo da vigilancia do Conselho de Administração a um Director, que se denominará Director Geral. Poderão juntar-se-lhe um ou mais Sub-Directores. O Director assiste ás deliberações do Conselho: tem voto consultivo: é exclusivamente encarregado da execução das decisões do Conselho: tem ás suas ordens todos os funcionarios ou empregados dos serviços administrativos e especiaes: propõe ao Conselho de Administração a nomeação ou demissão dos empregados e os seus vencimentos; nomeia e demitte os empregados não commissiionados. Propõe a modificação e taxa das tarifas e regulamentos relativos á organização do serviço; prepara os contractos relativos á construcção e exploração dos caminhos de ferro e outras emprezas que constituem o objecto da Companhia. O Conselho de Administração poderá delegar no Director todos os mais poderes que julgar conveniente.

Art. 29.º Os membros do Conselho de Administração não contrahem em virtude da sua gerencia nenhuma obrigação pessoal, ou solidaria, relativamente ás obrigações da Companhia: respondem unicamente pela execução do seu mandato e pela observancia das prescripções dos estatutos.

Art. 30.º Os actos que dizem respeito á transferencia de fundos e titulos de crédito publico pertencentes á Companhia; os actos de aquisição de venda e troca de propriedades; as transacções, contractos e outros actos que podem obrigar-a; os recibos e endossos, ordens sobre o Banco e

sobre todos os depositarios de fundos sociaes, devem ser assignados por um administrador, ou por pessoa designada pelo Conselho, excepto se o Conselho delegar para este effeito os seus poderes n'um só administrador, ou no Director Geral, ou em outra qualquer pessoa. N'este caso, porém, a auctorisação deverá ser dada perante Tabellião, e registada no registo publico do Commercio.

TITULO V.

Da Assembléa geral dos Accionistas.

Art. 31.º A Assembléa geral regularmente constituida representa a totalidade dos accionistas.

Art. 32.º Compõe-se dos cincoenta accionistas que reunirem o maior numero de acções, comtanto que nenhum possua menos de cincoenta. Os accionistas que estiverem n'este caso e quiserem tomar parte na mesma Assembléa, deverão um mez antes da reunião, depositar nos cofres indicados no artigo decimo, as acções que lhes dão o direito de assistir á dita Assembléa. Os Thezoureiros passarão um recibo nominativo indicando o dia e hora do deposito. Havendo um accionista que tenha um numero de acções igual áquelle possuido pelo quinquagesimo inscripto, será preferido o que primeiro fizer o deposito.

Art. 33.º O direito de tomar parte na Assembléa geral não se poderá delegar senão em favor de um accionista que tenha igual direito.

Art. 34.º As mulheres casadas, os menores, as corporações e estabelecimentos publicos que tenham direito de assistir á Assembléa geral poderão ser representados por seus maridos, tutores ou curadores, ou por seus respectivos administradores, logo que estejam completamente munidos de poderes ou outras auctorisações sufficientes para tomar parte nas deliberações da Assembléa.

Art. 35.º A reunião da Assembléa geral realisar-se-ha ordinariamente uma vez por anno na séde da Sociedade. Reunir-se-ha além d'isso extraordinariamente todas as vezes que o Conselho de Administração o julgue necessario, ou que a sua convocação seja reclamada por accionistas representantes de um quarto do capital social.

Art. 36.º As convocações serão annunciadas dois mezes, pelo menos, antes da reunião, por annuncios insertos nas folhas periodicas designadas no artigo decimo terceiro.

Art. 37.º A assembléa constituir-se-ha e poderá validamente deliberar todas as vezes que os accionistas presentes ou representados, sejam pelo menos quarenta e reunam entre si a decima parte das acções emittidas.

Art. 38.º Quando na primeira Assembléa geral não possa reunir-se numero legal de accionistas, far-se-ha uma segunda convocação com intervallo de quinze dias. N'esta Assembléa as deliberações serão validas, qualquer que seja o numero de accionistas presentes ou representados; mas não se poderá deliberar senão sobre objectos para que tenha sido originariamente convocada.

Art. 39.º Na ausencia do Governador Civil, ou de um delegado nomeado para este fim, pelo Governo, os quaes exercerão uma presidencia puramente honoraria, a Assembléa será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração; na sua falta por um dos Vice-Presidentes; no caso de ausencia pelo administrador que o Conselho designar. Os dois maiores accionistas presentes, serão os escrutinadores; senão acceitarem serão substituidos pelos dois immediatos maiores accionistas. O Presidente e os escrutinadores nomearão o Secretario.

Art. 40.º As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, contando os accio-

nistas presentes e os representados. O numero de cincoenta acções dá direito a um voto, o de cem a dois, e assim successivamente juntando um voto por cada cincoenta acções. Nenhum accionista póde ter, nem delegar mais de vinte votos, qualquer que seja o numero de acções que possue; comtudo cada accionista poderá exercer o direito de todos aquelles que representar, não podendo em caso algum exceder o numero de vinte votos, como acima fica declarado, por cada um dos representados.

Art. 41.º A Assembléa geral occupar-se-ha das questões que lhe forem submettidas pelo Conselho de Administração; este Conselho dará conta com o seu parecer das propostas que forem apresentadas com a auctorisação e assignatura de dez accionistas que tenham direito de votar, doze dias, pelo menos, antes do indicado para a reunião da Assembléa.

Art. 42.º Será presente á Assembléa geral o relatorio do Conselho relativamente ao estado dos negocios da Companhia. A Assembléa geral approvará as contas, se assim o entender, e a divisão dos lucros, salvo a adhesão da primeira Assembléa geral, e conformando-se com os presentes estatutos. Nomeará os administradores que devem preencher os logares vagos. Fixará annualmente o dividendo a repartir em presença do balanço geral, e em conformidade dos presentes estatutos. Deliberará salva a approvação do Governo, sobre as propostas do Conselho de Administração, relativamente ao augmento do capital social, á prorrogação da Companhia, ás modificações que julgar util introduzir nos estatutos, e á dissolução anticipada da Companhia, se o julgar necessario. E deliberará, finalmente, sobre todos os outros pontos, dentro das suas attribuições, conforme as disposições especiaes dos presentes estatutos. Além dos poderes concedidos pertence á primeira Assembléa geral, fixar a remuneração dos administradores.

Art. 43.º As deliberações da Assembléa geral tomadas na conformidade dos estatutos serão obrigatorias para os accionistas ausentes ou dissidentes.

Art. 44.º As decisões da Assembléa geral serão lançadas em um registo especial e assignadas pelos membros que compozerem a mesa. Juntar-se-ha á acta uma lista comprovando o numero de accionistas, que constituírem a Assembléa, e o numero de votos que tiverem ou que representarem. Esta lista será tambem assignada pela mesa.

Art. 45.º Quando por algum motivo seja necessario justificar qualquer decisão da Assembléa geral, o secretario do Conselho auctorizado pelo respectivo presidente, ou por quem o substituir, apresentará copias ou extractos do registo das actas das sessões.

TITULO VI.

Contas annuaes. — Juros. — Dividendos. — Fundos de reserva.

Art. 46.º Durante a construcção das diversas secções dos caminhos de ferro da Companhia, e até á sua completa entrega á exploração, poderá reter-se annualmente do capital social a quantia necessaria para garantir os empréstimos, e distribuir aos accionistas um juro de seis por cento sobre o capital pago. Além d'isto, se o emprego dos fundos disponiveis, a exploração das secções aberta á circulação, e os outros productos accessorios da empresa derem lucros depois de deduzidas as despesas de exploração, conservação e administração, a Assembléa geral decidirá, sobre proposta do Conselho de Administração, qual a parte dos interesses que deva reverter ao fundo social, e qual a parte a distribuir como dividendo.

Art. 47.º O balanço da Companhia será fechado no dia trinta e um de dezembro de cada

anno, submettido á Assembléa geral com as contas e documentos justificativos. Do producto liquido, isto é, depois de deduzidos todos os encargos e despezas de conservação e exploração, se deduzirão as quantias necessarias:

- 1.º Para pagamento dos emprestimos contrahidos pela Companhia.
- 2.º Para pagamento do juro das acções, na rasão de seis por cento sobre o capital pago.
- 3.º Para a formação de um fundo de reserva, segundo o que se acha determinado nos artigos quadragésimo oitavo e seguintes.
- 4.º Para amortisação do capital social.

O saldo disponivel, depois d'estas differentes deducções constituirá o excedente do producto liquido annual. Logo que o Conselho de Administração tenha conhecimento dos lucros realizados durante um semestre, poderá auctorisar o pagamento, por anticipação, dos juros de tres por cento das prestações pagas sobre cada acção. Sempre que a importancia reunida dos juros e dividendos distribuidos annualmente aos accionistas exceda seis por cento das sommas com que tenham entrado, cinco por cento d'este excedente será applicado para o Conselho de Administração, na conformidade do artigo decimo nono, e cinco por cento para o fundador e outras pessoas por elle designados como tendo concorrido para a organização da Companhia. Esta ultima parte de cinco por cento deverá ser representada por coupons, cuja fôrma e modo de transmissão serão fixados pelo Conselho.

Art. 48.º Depois do pagamento dos juros dos emprestimos e dos juros das acções, será retido do excedente do producto liquido annual uma quantia de dois por cento, pelo menos, destinada a formar um fundo de reserva para despezas imprevistas. Quando o fundo de reserva suba a um milhão e quinhentos mil (1:500,000) francos poder-se-ha reduzir ou suspender esta retenção. Restabelecer-se-ha logo que o fundo de reserva baixe da cifra de um milhão e quinhentos mil (1:500,000) francos. Em quanto se não realizar a importancia total do capital, o Conselho de Administração terá a faculdade de applicar ao fundo de reserva a parte proporcional que julgar conveniente do producto liquido annual ainda além de dois por cento. Quando se tiver realizado completamente o capital, a quantia destinada a formar o fundo de reserva, sempre sujeita ao minimum de dois por cento até que tenha subido a cinco por cento do capital social, será fixada pela assembléa geral sob proposta do Conselho de Administração.

Art. 49.º Quando, procedendo-se a inventario, resulte que o fundo de reserva diminuiu, applicar-se-ha para o completar toda a parte dos interesses que fôr necessaria, depois de deduzir o indispensavel para satisfazer aos emprestimos e juros das acções; o excedente, quando o haja será reservado para o dividendo e outras applicações.

Art. 50.º A amortisação das acções será effectuada em noventa e quatro annos, a contar da data da conclusão de todos os trabalhos, e para este fim será destinado um abono proporcional ao capital social, e juro das acções successivamente amortisadas. A designação das acções que devem ser amortisadas se fará por sorteio publico em Lisboa, em cada anno, nas épocas e pela fôrma que o Conselho de Administração determinar. Os portadores das acções designadas pelo sorteio para serem amortisadas receberão em numerario o capital pago das suas acções com os juros e dividendos até ao dia indicado para a amortisação, e em troca d'estas acções receberão outras especies ao portador, ou coupons de usufructo. Estas acções darão direito a uma parte proporcional ao excedente do producto liquido annual mencionado no artigo quadragésimo setimo. Os portadores d'estas acções de usufructo conservarão os mesmos direitos que os portadores das acções não amortisadas, excepto o juro de seis por cento sobre o capital amortisado de suas acções, ao qual não terão direito. Os numeros d'estas acções designadas pela sorte, serão publicados na con-

formidade do artigo decimo terceiro. A amortisação do capital d'estas acções será effectuada em Lisboa, Paris e Londres, nos cofres designados na conformidade do artigo decimo, a contar do primeiro de janeiro do anno seguinte.

Art. 51.º O pagamento do juro, e do dividendo, terá logar conforme decidir o Conselho de Administração por semestre ou por anno em Lisboa, Paris e Londres, nos cofres designados e nas épocas fixadas pelo mesmo Conselho. Estas épocas serão publicadas na fórma indicada no artigo decimo terceiro. Todos os juros e dividendos, que não forem cobrados no prazo de cinco annos da data d'esta publicação reverterão a favor da Sociedade.

TITULO VII.

Disposições geraes. — Modificações de estatutos. — Liquidação. — Contestações.

Art. 52.º Se a experiencia fizer reconhecer a conveniencia de modificar ou adicionar os presentes estatutos, a Assembléa geral tem auctorisação para providenciar na fórma prescripta nos artigos vigesimo sexto e quadragésimo segundo. As deliberações a este respeito só serão exequíveis depois da approvação do Governo. Concedem-se desde já completos e plenos poderes ao Conselho de Administração para acceitar por deliberação de dois terços de seus membros presentes e em sessão extraordinaria, expressamente convocada para esse fim, as modificações que o Governo julgue necessario fazer nas decisões votadas pela Assembléa geral excepto se forem alteradas na sua essencia.

Art. 53.º A companhia será dissolvida *ipso jure* findos que sejam os noventa e nove annos fixados para a sua duração no artigo quinto dos presentes estatutos.

Art. 54.º A Companhia poderá ser dissolvida antes do prazo fixado para a sua duração por decisão da Assembléa geral, tomada sob proposta do Conselho de Administração, ou de um numero de accionistas que comprovem a propriedade de metade, pelo menos, de todas as acções na conformidade do artigo 42.º

Art. 55.º A dissolução da Companhia poderá igualmente ser resolvida por decisão da Assembléa geral, ou do Governo, antes da aspiração do prazo fixado para a sua duração, no caso que além do fundo de reserva, se tenha absorvido metade do capital effectivo pago pelos accionistas.

Art. 56.º Para validade das decisões que a Assembléa geral póde tomar sobre a dissolução da Companhia, nos casos mencionados nos artigos precedentes, o numero dos accionistas presentes, deve representar pelo menos dois terços das acções.

Art. 57.º Quando por qualquer motivo se resolva a dissolução da Sociedade, a Assembléa geral nomeará para liquidatarios, cinco accionistas que tenham direito de votar, e que não façam parte do Conselho de Administração, e quatro membros d'este mesmo Conselho. Estes liquidatarios procederão immediatamente á liquidação na fórma prescripta, para casos identicos no Código Commercial. As funcções dos membros do Conselho de Administração, cessarão logo que comecem as dos liquidatarios.

Art. 58.º Logo que se tenha resolvido a dissolução, o haver social será realisado em valores effectivos. Pagar-se-hão todas as quantias pertencentes a terceiros; liquidar-se-hão todas as contas e despesas; o que sobrar será distribuido pelos socios *pro rata* das acções que possuirem. No caso de se apresentarem difficuldades relativamente á disposição, serão estas resolvidas pela fórma que se indicar no artigo seguinte.

Art. 59.º As contestações que se levantarem entre a Companhia e terceiros, ou quaesquer accionistas, ou entre o Conselho de Administração e accionistas, serão submettidas ao arbitramento de tres arbitros e amigaveis medianeiros, que serão nomeados, e procederão como se determina para casos identicos no Código Commercial, e mais legislação subsidiaria, e a decisão d'estes arbitros será executada, sem que possa contra ella admittir-se qualquer appellação ou recurso.

Art. adicional ao segundo. D. José de Salamanca entregará gratuitamente á Companhia uma carruagem destinada para o seu uso pessoal, e na qual elle terá o direito de viajar gratuitamente com as pessoas que o acompanharem, nos trens da Companhia.

Assim o disse e outorgou, e eu tabellião como pessoa publica estipulante e acceitante, o acceito pelos que adherirem a estes estatutos, e por quem mais tocar ausente, sendo de tudo testemunhas Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcellos, Advogado, morador na Travessa de S. Nicoláu n.º 52, e João José da Graça Júnior, morador na Travessa da Portugueza n.º 35 A, os quaes assignam com o outorgante, depois de lhes ser lida esta por mim Tabellião Francisco Vieira da Silva Barradas, que a escrevi. D'esta e caminho seis mil e oitocentos réis — José de Salamanca — Joaquim Ricardo da Trindade e Vasconcellos — João José da Graça Junior — E eu Francisco Vieira da Silva Barradas, Tabellião publico de notas n'esta cidade de Lisboa, esta escriptura fiz trasladar da minha nota, a que me reporto, numerei, rubriquei, subscrevi e assigno em publico e raso. = Lugar do signal publico. = Em testemunho de verdade — Francisco Vieira da Silva Barradas.